

Educação Antirracista em Tempos Digitais: primeiras aproximações Indiara, GO.

*Antiracist Education in Digital Times:
Initial Approaches in Indiara-Go, Brazil*

André Luiz Moscaleski Cavazzani¹
Alessandra Ramos da Silva Oliveira²

Resumo: Este artigo investiga a relação entre letramento racial e o uso da inteligência artificial (IA) na educação, com foco em práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa foi realizada com professores da rede municipal de Indiara-GO, revelando desafios como a ausência de formação inicial e continuada sobre relações étnico-raciais. Destaca-se a importância da Lei 10.639/2003, ainda pouco efetivada nas escolas. A IA, embora possa ser aliada, também pode reproduzir desigualdades se não for usada com consciência crítica. A maioria dos docentes reconhece a relevância do tema, mas sente-se despreparada para abordá-lo de forma adequada. A formação continuada e políticas públicas efetivas surgem como principais demandas para avançar no enfrentamento do racismo estrutural. O estudo reforça a urgência de integrar tecnologia, formação docente e equidade racial na construção de uma educação verdadeiramente transformadora.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação; Letramento racial.

Abstract: This article investigates the relationship between racial literacy and the use of artificial intelligence (AI) in education, focusing on anti-racist pedagogical practices. The research was conducted with teachers from the municipal school system of Indiara-GO, revealing challenges such as the lack of initial and continuing training on ethno-racial relations. The importance of Law 10.639/2003 is highlighted, as it is still not widely implemented in schools. AI, although it can be an ally, may also reproduce inequalities if not used with critical awareness. Most teachers recognize the relevance of the topic but feel unprepared to address it adequately. Continuing education and effective public policies emerge as key demands to advance the fight against structural racism. The study reinforces the urgency of integrating technology, teacher training, and racial equity in the construction of a truly transformative education.

Keywords: Artificial Intelligence; Education; racial awareness.

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013) com estágio na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor titular do Centro Universitário Internacional Uninter. - andre.ca@uninter.com

2. Mestre em Educação pela Faculdade de Inhumas (FACMAIS). - alessandra.lex@hotmail.com

Introdução

Este trabalho compreende a discussão sobre letramento racial nas escolas brasileiras como estratégica e essencial para a promoção de uma educação antirracista e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Como destaca Freire (1996), a educação é um ato político e, nesse sentido, professores e estudantes podem, por meio desta, problematizar a realidade e refletir criticamente sobre as desigualdades raciais historicamente constituídas no contexto brasileiro. Compreende-se letramento racial, a partir das perspectivas de Gomes (2017), Cavalleiro (2001) Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003), como sendo a capacidade de reconhecer, interpretar, compreender e problematizar as relações raciais no contexto da sociedade brasileira. O conhecimento e valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena (tal como preconizado pela lei 10.639/03, ampliada, pela lei 11.645/08) é imprescindível. É, tão somente, este conhecimento que instrumentaliza práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial.

A questão premente do letramento racial bem como o campo de estudos da educação para as relações raciais, já desafiador (mencionamos aqui a vigência do racismo estrutural no Brasil e, não menos grave, a difusão da ideia de “democracia racial” em certos imaginários de senso comum; Gonzales, 2020; Sodré, 2023) ganhou complexidade, no cenário desafiador posto pelo desenvolvimento das novas tecnologias digitais. Temos em pauta aqui os algoritmos das redes sociais, a falta de mecanismos de controle adequados para impedir o engajamento de discursos de ódio, e, especialmente, o vertiginoso avanço dos GPTs *Generative Pre-trained Transformer* (que chamamos aqui de Inteligência Artificial), suscitando debates sobre suas implicações sociais, éticas e políticas. Neste último caso autores como Amadeu (2020), Cavazzani; Lopes; Moser (2023), Silva (2021), Souza (2021) destacam a importância de analisar criticamente como os sistemas de IA reproduzem e reforçam desigualdades raciais, culturais e sociais, apontando para a necessidade de um olhar atento e antirracista na incorporação dessas tecnologias nos processos educacionais.

Este artigo consiste, portanto, em um breve exercício metodológico que buscou mapear a posição de professores da rede municipal de ensino de Indiara-GO sobre as questões do letramento racial e do uso de Inteligência Artificial na educação. É fundamental para garantir que as inovações tecnológicas contribuam para uma educação crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Assim, realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando questionário digital como instrumento de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas no mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, com a participação de vinte professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais – de três escolas da rede municipal de Indiara-GO. Os participantes foram selecionados com base em sua disponibilidade para responder ao questionário.

O objetivo central do estudo foi analisar como o letramento racial tem sido abordado nas práticas pedagógicas e de que forma as inovações tecnológicas, especialmente a Inteligência

Artificial, impactam a atuação docente e contribuem para a conscientização racial em sala de aula. Buscou-se compreender se e como essas tecnologias são utilizadas pelos professores no ambiente escolar para promover o letramento racial, bem como identificar desafios e potencialidades nesse processo.

Para estruturar o questionário, foram considerados critérios como relevância para a prática docente, relação com as políticas públicas de educação antirracista e o impacto da tecnologia no ensino. O instrumento contou com onze questões, majoritariamente fechadas, permitindo um tratamento estatístico objetivo dos dados. As perguntas foram elaboradas para investigar três eixos principais: (1) a formação dos professores em letramento racial e sua percepção sobre o tema; (2) o uso e familiaridade com tecnologias digitais e Inteligência Artificial no contexto escolar; e (3) os desafios e possibilidades de integrar essas inovações à construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Finalmente, é importante admitir que a motivações em torno da proposta deste estudo integram-se à implantação de um sistema de governança, na rede municipal de ensino de Indiara-GO, no contexto do Programa de Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

Entre Vozes, Silêncios e Possibilidades: o Letramento Racial e a Inteligência Artificial no Cotidiano Escolar

A escola, enquanto espaço de formação humana e construção de cidadania, carrega em suas paredes e entre suas práticas o reflexo das tensões e das urgências da sociedade em que está inserida. Entre desafios históricos e novas possibilidades tecnológicas, surge a pergunta: como educar para a diversidade em um mundo mediado por algoritmos? A presença da Inteligência Artificial (IA) no cotidiano escolar não é neutra, tampouco imune às marcas de uma história de desigualdades raciais profundamente enraizadas. Assim, compreender como os professores percebem e se apropriam dessas ferramentas – ao mesmo tempo em que enfrentam suas próprias lacunas de formação sobre letramento racial – é essencial para construir uma educação verdadeiramente antirracista e crítica.

É nesse cenário que se insere a pesquisa realizada com docentes da rede municipal de ensino de Indiara, cujo olhar, experiências e reflexões lançam luz sobre os desafios e as esperanças de uma educação comprometida com a equidade racial em tempos digitais. A seguir, são apresentados os resultados desse estudo, revelando como os profissionais da educação enxergam o letramento racial e a presença da IA em suas práticas pedagógicas.

Letramento Racial e a Obrigatoriedade de uma Educação Antirracista

Enquanto o campo tecnológico enfrenta desafios relacionados ao racismo algorítmico, a educação brasileira também carrega o peso de uma história marcada por exclusões e silenciamentos raciais. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino

de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, amparada pela Lei 10.639/2003, marcou um avanço significativo ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Essa política curricular busca promover uma educação antirracista, valorizando a contribuição da população negra para a formação do Brasil e questionando as bases racistas que estruturam a sociedade.

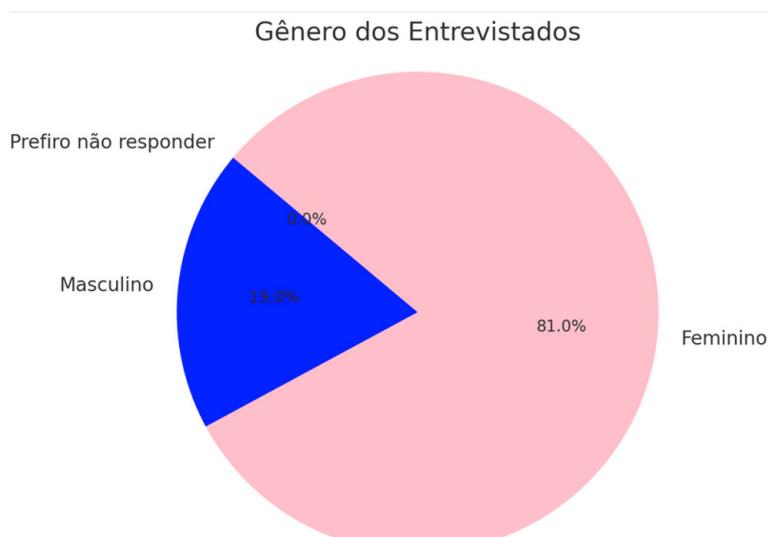
Autores como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003) defendem que a inserção da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é fundamental para desconstruir estereótipos e preconceitos historicamente consolidados. No entanto, apesar das diretrizes legais, a implementação efetiva dessa proposta enfrenta entraves, como a ausência de formação adequada de professores, materiais didáticos limitados e a resistência de parte da sociedade em reconhecer o racismo estrutural.

O letramento racial, conceito amplamente explorado por Gomes (2017), refere-se ao processo de desenvolver nos sujeitos a capacidade crítica de reconhecer, interpretar e enfrentar o racismo em suas múltiplas expressões. Esse processo vai além do conteúdo escolar, envolvendo a formação de uma consciência crítica e o compromisso com a promoção da equidade racial.

Análise dos Dados: Percepções Docentes sobre Letramento Racial e Inteligência Artificial no Contexto Escolar

Na expectativa de refletir como a Inteligência Artificial está sendo utilizados pelos docentes no ambiente escolar e fora dele, foram levantados e coletados dados que descrevem sobre o modo como professores relacionam e interagem-se no contexto tecnológico. O questionário compõe-se, na grande maioria, de questões fechadas, de fácil tratamento estatístico. Apresenta-se nos gráficos abaixo o resultado:

Gráfico 1: Gênero dos entrevistados



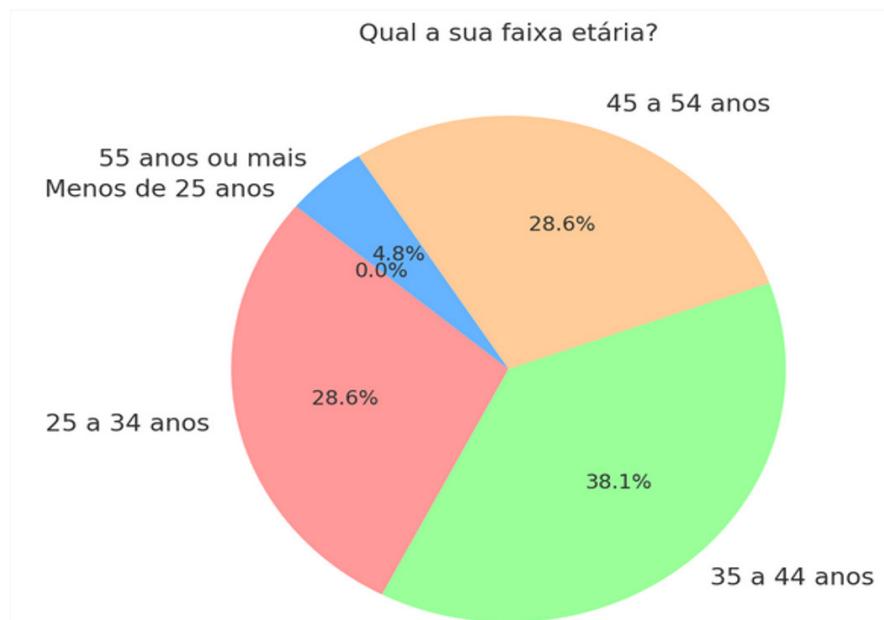
Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025

A predominância de mulheres na profissão docente, evidenciada pelos dados da pesquisa em que 81% das respondentes são do sexo feminino, reflete um fenômeno histórico e social conhecido como feminização do magistério. Esse processo remonta ao século XIX e está diretamente relacionado à concepção social da docência como uma extensão das funções maternas e do cuidado, atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres (LOURO, 1997; ALMEIDA, 1998). Atribui-se às mulheres características como paciência, afeto e dedicação, consideradas essenciais para lidar com crianças e jovens, o que contribuiu para consolidar a ideia de que a escola, especialmente nos anos iniciais da educação básica, é um espaço predominantemente feminino (NUNES, 2001).

Entretanto, essa feminização da docência não se traduz em valorização profissional. Pelo contrário, a docência tem sido marcada por baixos salários, precarização das condições de trabalho e limitada participação das mulheres nos espaços de gestão e tomada de decisão (CAMPOS, 2020). Além disso, a sobrecarga de tarefas escolares e domésticas impõe desafios adicionais às professoras, impactando sua formação continuada e seu engajamento em temas complexos e essenciais, como o letramento racial e o uso crítico da Inteligência Artificial no ambiente escolar.

Compreender esse contexto de feminização é essencial para analisar como as condições de trabalho e as trajetórias formativas das professoras influenciam suas percepções e práticas pedagógicas relacionadas à educação antirracista e ao uso de tecnologias educacionais.

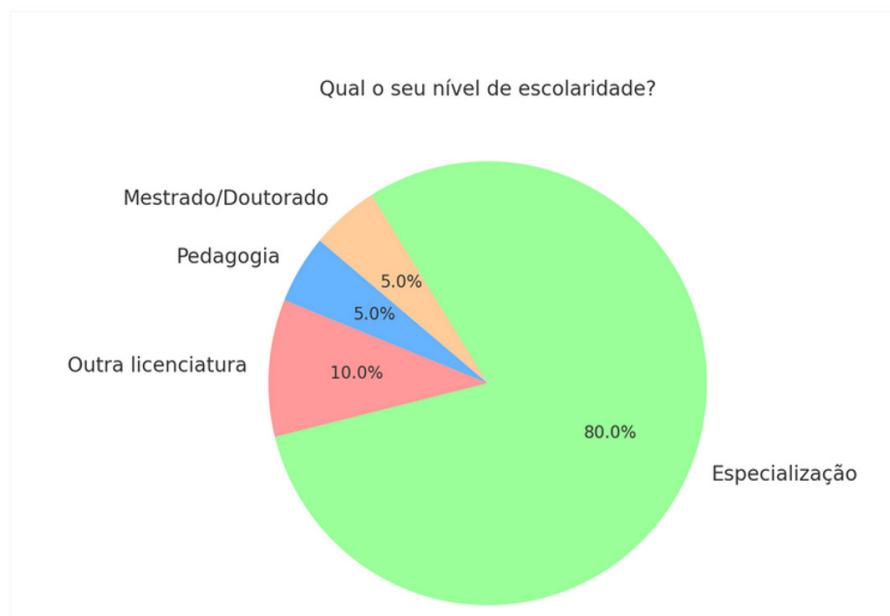
Gráfico 2: Idade dos entrevistados



Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

A distribuição etária dos participantes da pesquisa indica uma predominância de profissionais na faixa de 35 a 44 anos (38,1%), seguidos por aqueles entre 25 e 34 anos (28,6%) e 45 a 54 anos (28,6%). Esse dado sugere que a maioria dos respondentes possui uma trajetória consolidada na educação, com experiência significativa na área. Segundo Anísio Teixeira (2007), a maturidade profissional é um fator determinante na construção de uma prática pedagógica reflexiva e inovadora, pois permite ao educador combinar teoria e prática de maneira mais eficaz. Além disso, a presença reduzida de profissionais com menos de 25 anos e acima de 55 anos (0% e 4,8%, respectivamente) pode indicar desafios na renovação do quadro docente e na permanência de profissionais mais experientes na educação.

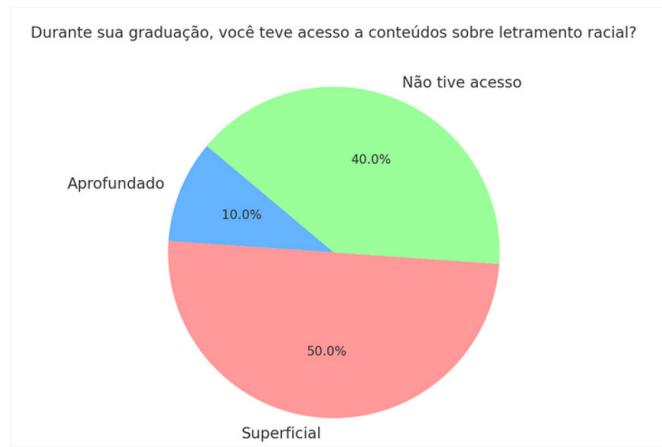
Gráfico 3: Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

No que se refere à escolaridade, observa-se um elevado nível de qualificação entre os participantes, com 80% possuindo pós-graduação *lato sensu* e 5% com pós-graduação *stricto sensu*. Esses números evidenciam um compromisso com a formação continuada, essencial para o aprimoramento da prática docente, conforme enfatiza Emilia Ferreiro (2001), ao destacar a importância da atualização profissional na construção do conhecimento e na inovação das práticas educativas. O fato de apenas 15% dos participantes possuírem somente a graduação (em Pedagogia ou outra licenciatura) evidencia a necessidade de uma formação contínua e aprofundada. Como destaca Nóvoa (1992), “a formação de professores não se esgota na obtenção de um diploma, mas deve ser compreendida como um processo permanente de construção profissional”. Essa busca constante por aprimoramento é essencial para que os docentes estejam preparados para os desafios pedagógicos contemporâneos, contribuindo de forma significativa para a qualidade da educação.

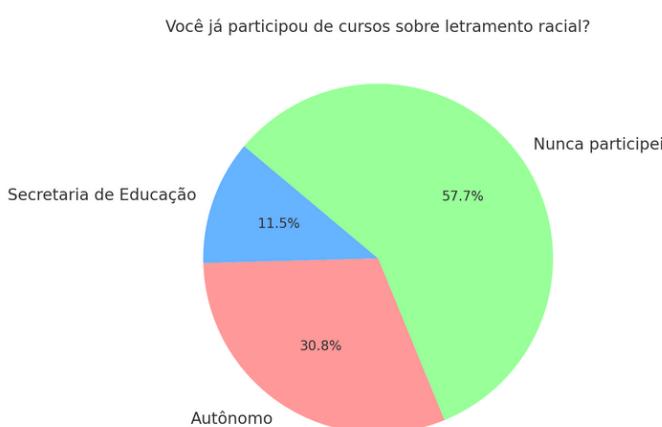
Gráfico 4: Acesso a conteúdos sobre Letramento Racial



Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

A presença do letramento racial na formação inicial dos profissionais da educação ainda é limitada, conforme demonstram os dados da pesquisa. Apenas 10% dos respondentes afirmaram ter tido acesso aprofundado ao tema durante a graduação, enquanto 50% relataram ter estudado o assunto de forma superficial e 40% não tiveram nenhum contato com esse conteúdo. Esses números evidenciam uma lacuna na formação docente, dificultando a construção de práticas pedagógicas antirracistas. Segundo Nilma Lino Gomes (2017), o letramento racial é fundamental para que educadores possam reconhecer e desestruturar discursos e práticas discriminatórias dentro do ambiente escolar, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva. A falta desse conhecimento na formação inicial pode comprometer profundamente a abordagem da diversidade racial nas escolas, resultando em práticas pedagógicas pouco sensíveis às questões étnico-raciais e na reprodução de estereótipos que perpetuam desigualdades.

Gráfico 05: Cursos sobre Letramento Racial

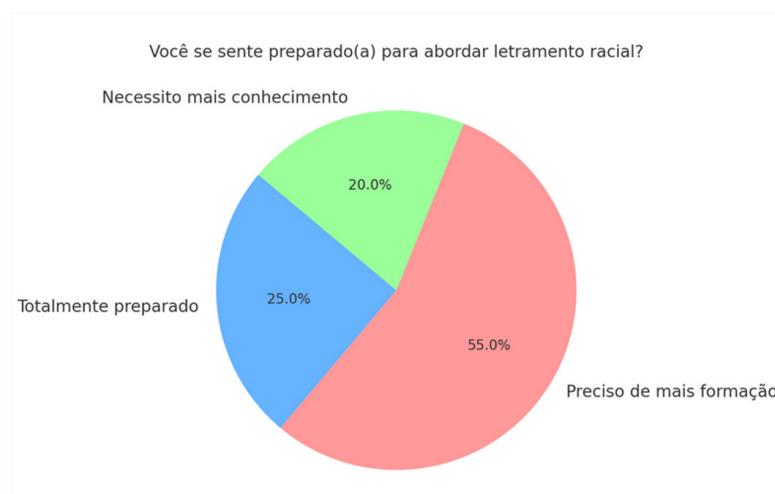


Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

Diante dessa lacuna na graduação, a formação continuada torna-se essencial para o aprimoramento do letramento racial entre os educadores. No entanto, os dados revelam que 75% dos participantes nunca participaram de cursos sobre o tema, e apenas 15% tiveram acesso a formações organizadas por redes de ensino ou Secretarias de Educação. Ainda assim, 40% buscaram aprofundamento de forma autônoma, por meio de cursos online, eventos e leituras. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas, garantindo que a temática racial seja abordada de maneira sistemática e institucionalizada na formação docente. Como aponta Munanga (2005), “a educação antirracista não pode depender apenas do interesse individual dos professores, mas deve ser uma responsabilidade coletiva das instituições de ensino e do Estado”. Da mesma forma, Gomes (2017) reforça que a formação docente deve incorporar o debate sobre relações étnico-raciais como um eixo estruturante do ensino, preparando os educadores para enfrentar e desconstruir preconceitos enraizados. Dessa forma, investir em formações obrigatórias e permanentes pode contribuir para um ensino mais crítico, equitativo e transformador.

Além disso, é fundamental que essas formações continuadas sejam pensadas a partir da realidade da educação básica, garantindo que os professores tenham acesso a conteúdos e metodologias aplicáveis ao cotidiano escolar. A inclusão de temas como a história e cultura afro-brasileira, o impacto das desigualdades raciais na aprendizagem e estratégias pedagógicas antirracistas pode ampliar a compreensão dos docentes e fortalecer sua atuação em sala de aula. Para isso, é essencial que as redes de ensino promovam parcerias com universidades e organizações da sociedade civil, possibilitando a construção de materiais didáticos acessíveis e a implementação de práticas que dialoguem com as necessidades dos professores e alunos. Dessa forma, o enfrentamento ao racismo na escola deixa de ser uma iniciativa isolada e passa a ser uma responsabilidade coletiva, fortalecida por um compromisso institucional com a educação para a equidade racial.

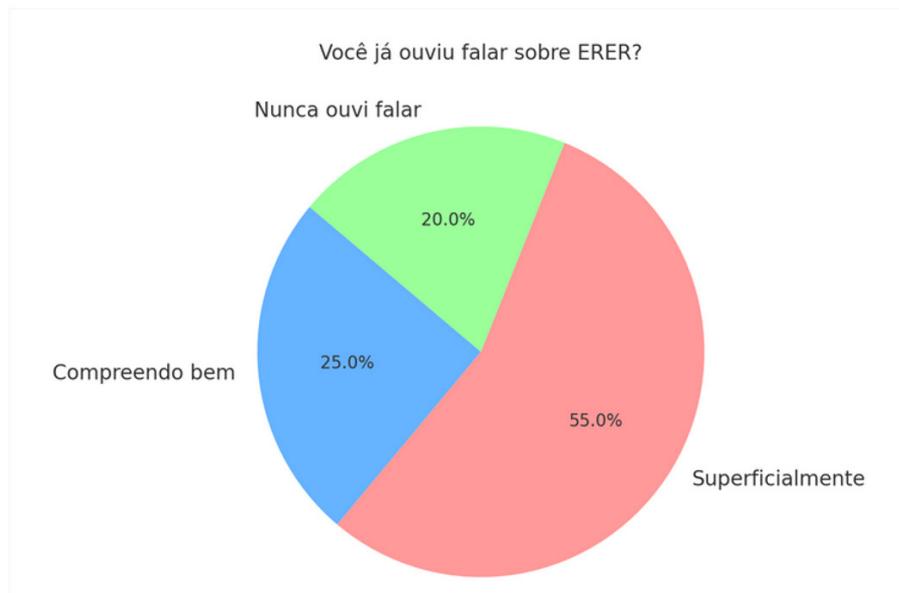
Gráfico 06: Percepção do Docente sobre sua Preparação



Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

A maioria dos participantes da pesquisa (55%) afirmou sentir-se preparada para abordar o letramento racial em sala de aula, mas ainda percebe a necessidade de mais formação. Outros 20% não se sentem preparados para trabalhar o tema, enquanto apenas 25% se consideram totalmente aptos. Esses dados demonstram que, apesar de algum avanço, ainda há desafios na consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. Nilma Lino Gomes (2017) destaca que o letramento racial exige um processo contínuo de aprendizado, pois envolve a desconstrução de visões naturalizadas sobre raça e educação, promovendo uma abordagem crítica e transformadora. O letramento racial demanda um aprendizado contínuo, pois requer a revisão e a superação de concepções enraizadas que muitas vezes são vistas como naturais no contexto educacional. Esse processo não se limita à aquisição de conhecimento teórico, mas envolve a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas, a identificação de desigualdades raciais e a adoção de estratégias para enfrentá-las. Ao estimular essa consciência, o letramento racial possibilita uma educação mais inclusiva e comprometida com a equidade, incentivando professores e alunos a questionarem padrões historicamente construídos e a promoverem mudanças efetivas no ambiente escolar.

Gráfico 07: Conhecimento dos Docentes sobre a ERER

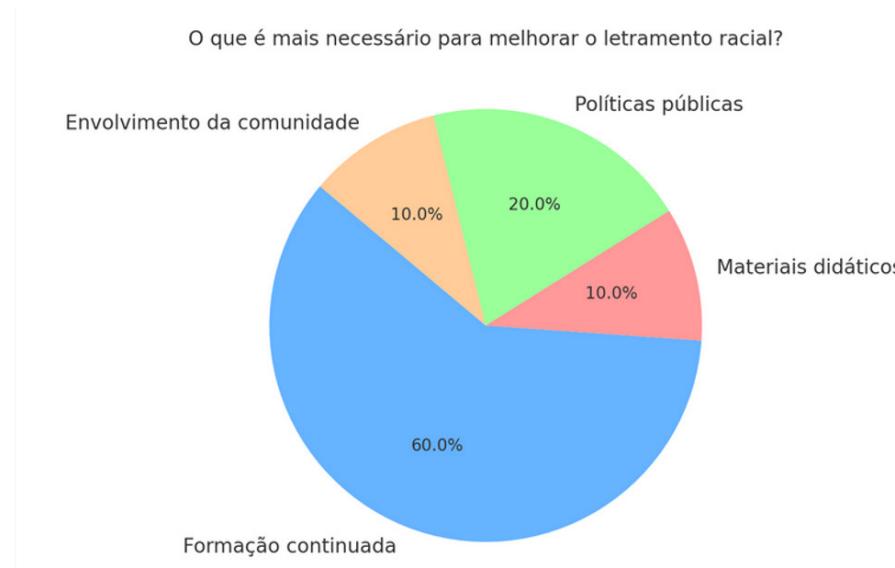


Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

No que se refere à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), os dados apontam que 55% dos participantes conhecem o conceito apenas superficialmente, enquanto 20% nunca ouviram falar sobre o tema. Isso revela uma lacuna na formação docente, já que a ERER é essencial para garantir a implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Kabengele Munanga (2005) ressalta que a falta de aprofundamento nesse tema pode comprometer a efetivação de uma educação antirracista, uma vez que professores sem formação adequada tendem a reproduzir estereótipos em vez de desconstruí-los.

Esses dados evidenciam que, mesmo após duas décadas da promulgação da Lei 10.639/2003, ainda há um déficit significativo na formação docente no que diz respeito à Educação para as Relações Étnico-Raciais. O conhecimento superficial ou a ausência total de familiaridade com o tema dificultam a aplicação efetiva da lei, limitando a abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana ao currículo escolar. Sem uma formação consistente, os professores podem tratar a temática de forma pontual e descontextualizada, restringindo-se a datas comemorativas ou conteúdos esporádicos, em vez de integrá-la de maneira transversal e crítica ao ensino. Isso compromete não apenas a construção de uma educação antirracista, mas também a valorização das identidades e histórias da população negra no ambiente escolar, perpetuando desigualdades e invisibilizações históricas.

Gráfico 08: Principais Necessidades para Aprimorar o Letramento Racial



Fonte: Dados obtidos pela autora da pesquisa, 2025.

Os dados indicam que 60% dos participantes apontam a formação continuada dos professores como a principal necessidade para fortalecer o letramento racial nas escolas. Esse resultado demonstra a importância do aprimoramento docente para que o tema seja abordado de forma crítica e estruturada no ambiente escolar. Além disso, 20% destacam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, reforçando que a educação antirracista não pode depender apenas da iniciativa individual dos professores, mas deve ser uma diretriz institucional. Segundo Tarcízio Silva (2021), o combate ao racismo na educação exige tanto a capacitação dos profissionais quanto o desenvolvimento de políticas que integrem a diversidade racial no currículo escolar.

Outros fatores, como a disponibilização de materiais didáticos específicos (10%) e o envolvimento da comunidade escolar (10%), foram menos apontados como prioritários, embora também desempenhem um papel relevante na construção de uma educação antirracista. Sérgio Amadeu (2020) ressalta que a ausência de recursos pedagógicos adequados pode limitar a

capacidade dos docentes de trabalharem a diversidade racial de maneira aprofundada. Da mesma forma, Joyce Souza (2021) enfatiza que a participação ativa da comunidade escolar é essencial para consolidar práticas educativas que valorizem a identidade e a história das populações racializadas. Assim, embora a formação docente seja vista como o principal caminho para o avanço do letramento racial, sua efetividade depende da articulação com políticas institucionais e a mobilização de toda a escola.

Considerações Finais

Os dados analisados demonstram que, apesar do reconhecimento da importância do letramento racial na educação, ainda há desafios significativos na formação e na prática pedagógica. Muitos docentes relatam ter tido pouco ou nenhum contato com o tema durante a graduação, o que reforça a necessidade de aprimorar a formação inicial. Além disso, a insegurança em abordar questões raciais em sala de aula indica a urgência de investimentos em capacitação continuada, garantindo que os profissionais estejam preparados para trabalhar de forma crítica e efetiva na construção de uma educação antirracista.

Outro aspecto relevante é o papel da tecnologia, especialmente da inteligência artificial, no acesso e na disseminação de conteúdos sobre letramento racial. A IA pode contribuir tanto para a personalização da formação docente quanto para a criação de materiais pedagógicos mais acessíveis e diversificados. No entanto, também é necessário um olhar crítico sobre o uso dessas tecnologias, evitando que reforcem vieses e desigualdades estruturais. Para que a educação antirracista avance de maneira significativa, é fundamental um esforço coletivo entre educadores, instituições de ensino e políticas públicas, promovendo um ambiente mais inclusivo e transformador.

A permanência das lacunas na formação docente evidencia um problema estrutural mais profundo, em que o racismo ainda está enraizado nas instituições de ensino. Embora a Lei 10.639/2003 tenha sido um marco importante ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, sua aplicação ainda enfrenta inúmeros desafios. A ausência de formação adequada para os professores, a falta de recursos didáticos apropriados e a resistência de algumas redes de ensino impedem que a temática racial seja abordada de maneira crítica e integrada ao currículo. Muitas escolas continuam tratando o assunto de forma superficial, sem garantir que a educação atue como um instrumento real de transformação social. Para mudar esse cenário, é essencial que a legislação seja acompanhada por políticas públicas que assegurem formação continuada de qualidade, investimento em materiais pedagógicos e mecanismos de acompanhamento que garantam sua efetiva implementação no dia a dia escolar.

A Inteligência Artificial surge como uma ferramenta que pode contribuir para ampliar o acesso ao conhecimento e apoiar a formação docente, tornando conteúdos sobre letramento

racial mais acessíveis e diversificados. No entanto, seu uso na educação para as relações étnico-raciais ainda é limitado e deve ser analisado com cautela. Sem um direcionamento adequado, a IA pode reproduzir vieses raciais presentes na sociedade, reforçando desigualdades em vez de combatê-las. Por isso, é fundamental que seu desenvolvimento e aplicação estejam alinhados com princípios de equidade e justiça social, garantindo que essa tecnologia seja usada como um meio para fortalecer uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista.

Transformar a educação em um espaço verdadeiramente antirracista exige mais do que a simples implementação de leis e diretrizes; requer um compromisso contínuo de todos os agentes envolvidos no processo educativo. A escola, como espaço de construção de conhecimento e identidade, deve assumir a responsabilidade de promover um ensino que valorize a diversidade e combata as desigualdades. Isso significa investir em formações que capacitem os docentes a trabalharem a temática racial de forma crítica e transversal, garantindo que a história e cultura afro-brasileira e africana sejam parte essencial do currículo, e não apenas conteúdos complementares tratados de maneira pontual. Somente assim será possível romper com a reprodução de estereótipos e consolidar uma educação que contribua para a justiça social.

Diante dos desafios que ainda persistem, é essencial olhar para o futuro com estratégias inovadoras e comprometimento coletivo. A tecnologia, incluindo a Inteligência Artificial, pode ser uma aliada nesse processo, desde que utilizada com consciência e responsabilidade. O combate ao racismo na educação não pode depender apenas da vontade individual dos professores, mas deve ser uma responsabilidade compartilhada entre escolas, universidades, gestores públicos e toda a sociedade. Construir um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo é um desafio que exige mudanças estruturais, mas também abre caminhos para uma transformação profunda e necessária. O compromisso com uma educação antirracista não pode ser adiado, pois dele depende a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referência

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher, docência e identidade: a história das professoras primárias no Brasil (1827-1930). Campinas: Autores Associados, 1998.
- AMADEU, Sérgio. *Tudo sobre tod@s: Redes digitais, algoritmos e nova esfera pública*. São Paulo: Editora Edições Sesc, 2020.
- CAMPOS, Maria Malta. Professores da Educação Infantil no Brasil: quem são, onde estão, como trabalham e o que pensam? *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 176, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7053>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2001.
- LOPES, Luís Fernando; MOSER, Alvino; CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. Os desafios éticos da inteligência artificial e dos objetos autônomos: um preâmbulo. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 29, p. e50406, 2023.

DOI: 10.26512/lc29202350406. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50406>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FERREIRO, Emilia. *Passado e presente dos verbos ler e escrever*. Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre diretrizes curriculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Letramento racial crítico: aspectos conceituais e metodológicos. In: LOPES, Aricélia Ribeiro; SILVA, Daniela Gomes da (org.). *Letramentos no Brasil: reflexões e práticas*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 37-57.

GOMES, Nilma Lino. *O letramento racial nas práticas pedagógicas*. Pallas, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

NUNES, Celi Corrêa. O feminino e o magistério: estudo de professoras da educação básica em Belo Horizonte. *Educação e Realidade*, v. 26, n. 2, p. 133-148, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/43593>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Vozes, 2005

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. A Lei 10.639/03: uma oportunidade para a construção de um projeto educativo emancipatório. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Cultura e formação de professores: um tema em debate*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 187-206.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2021.

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SOUZA, Joyce. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

Enviado em 02 de abril de 2025

Aceito em 03 de abril de 2025